Apresentação

Edemar Rotta
Herton Castiglioni Lopes
Neusa Rossini

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

Apresentação. In: ROTTA, E., LOPES, H. C., and ROSSINI, N., eds. *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 5-14. ISBN: 978-85-64905-82-5 . <https://doi.org/10.7476/9788564905832.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, *Campus* Cerro Largo, possui em sua Matriz Curricular o componente denominado “Seminário em Desenvolvimento e Políticas Públicas”. Na primeira vez que este componente curricular (CCR) foi ofertado, no primeiro semestre de 2016, apresentou uma proposta, que foi aprovada pelo Colegiado do Curso, cujo tema principal é “análise do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva”.

Para impulsionar o estudo selecionou-se o trabalho elaborado no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) denominado “Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro”, organizado por André B. Calixtre, André M. Biancareli e Marcos A. M. Cintra. O texto consta de 16 capítulos, elaborados por diversos pesquisadores conhecidos e renomados no cenário acadêmico brasileiro que abordam temas essenciais no debate atual sobre desenvolvimento e políticas públicas. A partir desses textos os discentes foram instados a preparar uma apresentação, a estudar temas conexos e a elaborar um artigo final, que não repetisse a reflexão do texto de referência, mas avançasse para uma articulação com seus temas de pesquisa e com o cenário regional.

Os estudos foram realizados pelos discentes, de forma que se chegou a 15 artigos finais, agora capítulos deste livro, aos quais se adicionou um artigo inicial, que procura realizar uma retrospectiva histórica da trajetória brasileira dos “modelos” de desenvolvimento e a consequente compreensão das políticas públicas (de forma especial as sociais), a partir do início

do século XX. A intenção deste texto inicial, elaborado pelo professor Edegar Rotta (um dos professores coordenadores do CCR Seminários)¹¹, foi relembrar a trajetória brasileira dos “modelos implantados”, a fim de contextualizar e introduzir o debate principal, que foi o modelo implantado a partir da “Era Lula”, como por muitos passou a ser denominado.

A Parte I do livro contém um conjunto de oito textos que situam o cenário nacional e internacional, assim como os condicionantes do modelo brasileiro. A Parte II é composta por sete textos que realizam reflexões sobre as características e manifestações do modelo brasileiro.

O primeiro texto, portanto, realiza esta retrospectiva histórica, mesmo sabendo das limitações de uma abordagem sintética que procurou focar nas características básicas de cada período, evidenciando que as opções tomadas estiveram sempre ligadas ao jogo de forças que se estabelecia internamente e na sua relação com o cenário internacional. Considera-se que as concepções dominantes, em termos de governo federal, representam as relações de força existentes na sociedade e tendem a orientar as compreensões nas demais esferas da federação, mesmo que diante de suas especificidades e desafios locais e regionais.

O segundo texto, elaborado pelos discentes Felipe Micail da Silva Smolski, Gilson Braz do Amaral e pelo professor Herton Castiglioni Lopes, ressalta que o estudo da economia brasileira não pode deixar de observar as questões macroeconômicas. O modelo adotado pelo Brasil após 1999 priorizou três variáveis-chave: o câmbio flutuante, o sistema de metas para a inflação e o objetivo de superávit primário. No entanto, esse modelo pouco discute as relações financeiras entre os agentes, bem como o impacto das inovações e das revoluções tecnológicas sobre o desenvolvimento dos países. Por isso, sentiu-se a necessidade de

1 O Componente Curricular (CCR) Seminário em Desenvolvimento e Políticas Públicas foi coordenado pelos professores Edegar Rotta e Herton Castiglioni Lopes e contou com a participação de outros professores do Programa que foram convidados, pelos discentes ou pelos coordenadores, para realizar intervenções pontuais, de acordo com suas temáticas de pesquisa ou de trabalho prioritário na Universidade. Além disso, a participação dos demais docentes do Programa sempre era livre.

trazer para o debate as contribuições de Hyman Minsky sobre a sua Hipótese da Instabilidade Financeira, junto com o subsídio das inovações e rodadas de desenvolvimento, elaboradas por Schumpeter e Carlota Perez, relacionando ambas com os aspectos fundamentais do modelo ortodoxo do tripé macroeconômico, para a estabilidade instalada no caso brasileiro.

O terceiro texto, elaborado pelas discentes Andréia Fröhlich Justen e Mariângela Brum Frota, chama a atenção para o fato de que o processo de planejamento e de construção de políticas públicas, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, apresenta diferenças expressivas, demonstrando que os segundos têm maior tendência a adversidades econômicas, técnicas e culturais do que os primeiros. O texto apresenta apontamentos sobre essa questão, na tentativa de evidenciar os aspectos que corroboram essa diferenciação. Com base na revisão de literatura, traz, primeiramente, uma parte conceitual sobre planejamento e políticas públicas, seguido de algumas considerações sobre suas limitações em países em desenvolvimento, especialmente o caso do Brasil.

O quarto texto, elaborado pelos discentes Ângelo Felipe Zuchetto Ramos e Josnei Machry Weber, resalta a centralidade da *categoria trabalho* na construção do pensamento sociológico contemporâneo e como, a partir disso, o processo de globalização e rearticulação do modelo capitalista influenciou na divisão social do trabalho, resultando na flexibilização e na terceirização. Na sociedade capitalista, essa flexibilização apresenta-se como uma condição específica, à medida que a produção de mercadorias assume papel central, sofrendo, assim, processo contínuo de especialização e diversificação, o que potencializa, conseqüentemente, a divisão social (e internacional) do trabalho. Essa, portanto, é a realidade do mundo do trabalho que ora se vivencia: intensificação da exploração do trabalhador, desemprego, flexibilização das relações de trabalho, precarização das relações de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, entre tantos outros aspectos nefastos dessa dura realidade que assola a classe

operária e que acaba por provocar a exclusão social de uma crescente massa de trabalhadores.

O quinto texto, elaborado pelos discentes Ivan Jacson Preuss e Jerson Vicente Fontana, reflete a busca do Brasil pela independência financeira a fim de que possa entrar em rota sustentada de desenvolvimento socioeconômico. Referencia-se no texto “Financiamento Interno de Longo Prazo”, de Fernando Nogueira da Costa (2014b), e dialoga com outros autores para debater sobre o financiamento interno de longo prazo da economia brasileira. Aborda alguns aspectos históricos das últimas décadas na economia e reflete sobre quais podem ser as fontes financiadoras e como seriam formuladas as políticas para o setor.

O sexto texto, produzido pelos discentes Abel Eduardo Auth e Lidiane Kasper, em parceria com o professor Gentil Corazza, analisa as experiências japonesa e norte-americana no contexto das transformações do sistema financeiro global, pós-colapso da bolha especulativa. Entende-se que estas duas “bolhas especulativas” foram as mais marcantes da economia mundial, a partir dos anos 1980. A primeira está relacionada aos mercados de ações e de imóveis no Japão e seus efeitos ficaram basicamente restritos à economia deste país. Já a segunda, que detonou a crise de 2008 nos Estados Unidos, se deu com o estouro de uma bolha imobiliária no mercado de ações, mas seus reflexos, além de afetarem fortemente a economia e os bancos dos Estados Unidos, também se disseminaram para os demais mercados, como foi o caso da economia europeia e, também, do Brasil.

O sétimo texto, produzido pelos discentes Carlos Thomé e Neusa Rossini, volta seu foco para o estudo da crise dos *subprimes*, desencadeada em 2008, nos Estados Unidos. Considerada a mais severa desde o fim da II Guerra Mundial, por sua intensidade e durabilidade, impactou a economia mundial, repercutindo em questões sociais, financeiras e produtivas. Muito mais que uma crise provocada pelo setor imobiliário ou pelas inovações tecnológicas ou financeiras, autores brasileiros a embasam a partir de um novo ideário implantado com o rompimento do Acordo

de Bretton Woods, em 1971. Este estudo bibliográfico reúne as causas que contribuíram para desencadear a crise de 2008, com uma leitura que vai além do que se convencionou na literatura, trazendo também apontamentos de estudiosos das tendências observadas, para os quais os novos rumos podem estar convergindo. As aspirações do mercado para o aumento incessante dos lucros e a quebra do *Lehman Brothers*, em 2008, evidenciou a proporção dos riscos assumidos em negociações financeiras no sistema capitalista neoliberal, em que o Estado passa a ser diminuído sob a justificativa de que os mercados são eficientes e autorreguláveis. Os esforços para compreender como acontecimentos macroeconômicos se desencadeiam juntam-se ao exercício de reflexão de como a economia de um país pode ser afetada por eventos externos (a exemplo desta crise, que gerou desemprego, incertezas, perdas e pânico mundial) e nos ajudam a entender como a autonomia dos mercados financeiros, que, ao agirem sem cautela, podem afetar estruturalmente países.

O oitavo texto, elaborado pelas discentes Ana Sabina Mantey e Laisa Sales Ribeiro, aborda a nova geração de políticas sociais criadas pela Comunidade Europeia, a partir do processo de integração da União Europeia. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, apresentam-se considerações sobre a nova geração de políticas sociais europeias, com base nas concepções do *workfare*, da ativação e da coesão social. Tais concepções preocupam-se em demasia com o emprego, creditando somente a ele a possibilidade de inclusão social e tornando a empregabilidade um atributo pessoal que, muitas vezes, pode comprometer uma visão mais complexa do problema.

O nono texto abre a Parte II do livro, que traz reflexões sobre as características e manifestações do modelo brasileiro. O texto, que foi produzido pelos discentes Aline Barbosa Dias Engelmann e Felipe Ghisleni Freitas, reflete sobre a estratégia brasileira, durante o governo Lula, de utilizar a inovação e o fortalecimento dos encadeamentos produtivos como meios capazes de alavancar o desenvolvimento. O texto referencia-se nas

reflexões de Bielschowsky (2014), procurando elucidar o conceito teórico desses fatores, bem como verificar sua utilização no desenvolvimento brasileiro. As reflexões feitas neste capítulo reafirmam a importância da inovação e do fortalecimento das cadeias produtivas, entretanto também destacam a necessidade de novos investimentos capazes de fortalecer o desenvolvimento nacional.

O décimo texto, elaborado pelas discentes Ana Carla França Ribas Zanini e Cleoci Werle Rockenbach, trata da problemática da desigualdade e da pobreza no Brasil, trazendo a abordagem de diversos autores que apresentam as causas desse problema e apontam caminhos para sua superação. Entre as causas da desigualdade e da pobreza são apontados o modelo econômico concentrador e excludente, o livre mercado, a enorme diversidade étnica e cultural brasileira, o nível educacional, os salários, as aposentadorias e pensões dos funcionários públicos e, por fim, apresenta-se a visão de Meneghetti (2004), para quem as raízes da pobreza estão no próprio sistema que enaltece, valoriza e gratifica os pobres, tornando-os dependentes da sociedade. Os caminhos para a superação do problema, conforme os autores, são diversos. Destaca-se o papel do Estado e da sociedade, no sentido de oportunizar a cada cidadão experiências de desenvolvimento de capacidades que possibilitem a geração de renda e a superação da pobreza.

O décimo primeiro texto, elaborado pelos discentes, Francisco Angst, Jorge Adalberto Schommer, Letiane Peccin Ristow e Micheli dos Santos, reflete sobre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), enquanto espaço de fortalecimento das relações entre os países-membros, diante do crescente processo de megaintegrações regionais ao redor do globo. Após 25 anos do seu marco de fundação, através da assinatura do Tratado de Assunção, faz-se necessário averiguar o quê, ao longo desta história, já se firmou nesse processo e como o Brasil tem desempenhado seu papel perante os países-membros e a comunidade internacional. Para além disso, dada a dimensão e diversidade do território brasileiro, não se pode deixar de

fazer uma análise como os estados se portam nesse processo e, para isso, o trabalho aborda a integração da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e Uruguai, países que são membros do bloco.

O décimo segundo texto, produzido pelos discentes Carla Inês Dillenbourg e Leandro Alexandre da Silva, visa compreender a criação e manutenção de algumas empresas estatais, estratégicas no decorrer do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, entre os anos de 2011 e 2014. Busca-se compreender o surgimento e desenvolvimento do fenômeno do estado empresário, bem como oferecer um breve conceito e uma breve história sobre a empresa estatal no Brasil. A título de objeto de análise escolheram-se duas empresas estatais atuantes em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país: a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), na área de planejamento e logística; e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), na área de microeletrônica e semicondutores. Compreender a atuação dessas estatais exige entender a lógica do modelo de atuação estatal adotada pelo Governo Dilma Rousseff, modelo que se pautou no fortalecimento da atuação do Estado, inclusive como empreendedor e, nesse ponto, se constituiu na continuidade do último governo de Luís Inácio Lula da Silva. Outro aspecto de destaque foi a intenção do Governo Dilma de levar o Estado a empreender em áreas nas quais historicamente existem “nós” que atravancam o desenvolvimento brasileiro. Por diversos motivos a iniciativa privada não conseguiu ocupar essas áreas, gerando um déficit de investimento nos setores de planejamento e logística e desenvolvimento de tecnologia microeletrônica.

O décimo terceiro texto, elaborado pelos discentes Andreia Filianoti Gasparini e Leandro Godóis, analisa em que medida o fundamentalismo do superavit primário afeta a concretização dos direitos fundamentais sociais. A hipótese que serve de norte à análise é a de que o Estado brasileiro está estruturado para propiciar lucro ao capital financeiro e não para garantir a concretização dos direitos fundamentais sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Para tanto, sob uma perspectiva de

prioridade econômica e fiscal, buscou-se mensurar o impacto das despesas com o serviço e o refinanciamento da dívida pública no Orçamento Geral da União, confrontando-as com os gastos em saúde, educação e assistência social. A conclusão possível é a de que, independentemente da concepção ideológica do governo, o Estado brasileiro se encontra capturado pelo capital financeiro, prejudicando seriamente a concretização dos direitos fundamentais sociais. O objetivo é incitar o debate sobre a dívida pública brasileira a partir de um enfoque interdisciplinar, demonstrando, a partir de elementos econômicos e fiscais, o descumprimento do compromisso social estatuído na Constituição Federal.

O décimo quarto texto, elaborado pelos discentes Luís Henrique Teixeira Franqui e Miriel Carine Giordani, reflete sobre o crescimento do segmento agropecuário brasileiro, com ênfase na agricultura familiar na década de 2000. Analisa a questão do crédito rural, principalmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política agrícola que acaba de completar 20 anos, e os desdobramentos decorrentes desse modelo de financiamento no desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores rurais, em regime de economia familiar. Busca identificar possíveis relações entre as políticas públicas dirigidas à agricultura familiar e a melhoria nas condições de vida no campo, entendendo o PRONAF enquanto instrumento de inclusão social, gerador de renda e emprego, indo ao encontro da premissa determinada quando de sua criação, que é promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares.

O décimo quinto texto, elaborado pelos discentes Ângela Mattiazzi e Rodrigo Severo, destaca que um dos maiores desafios da Administração Pública, em especial a municipal, é promover políticas públicas que cumpram o papel do Estado como instituição comprometida com o bem comum. Nessa direção, o capítulo visa compreender, a partir dos dados de investimento dos municípios, que prioridades as políticas municipais de emprego, trabalho e renda possuem diante das demais políticas públicas.

Inicia apresentando as características do processo de concepção, aprovação e implementação de políticas públicas, bem como sua importância para o gerenciamento dos processos. Ao longo do texto, são evidenciadas a esfera pública municipal e as políticas geradas nesse espaço, direcionando para a importância da promoção de políticas que contemplem o mercado de trabalho. Metodologicamente foram utilizados dados secundários, coligidos dos PPAs e balanços contábeis dos municípios de Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, no período de 1991 a 2000. E para apurar a prioridade utilizaram-se os balanços contábeis do período de 1991, 2000 e 2010. O texto conclui que as políticas de emprego, trabalho e renda ainda são muito incipientes no âmbito municipal, em razão dos baixos investimentos nesse tipo de políticas, embora se verifique o papel importante dessas políticas no mercado de trabalho nos municípios.

O décimo sexto texto, elaborado pelos discentes Jorge Adalberto Schommer, Letiane Peccin Ristow, Micheli dos Santos e Francisco Angst, realiza uma análise socioeconômica dos municípios que fazem parte do COREDE Missões, no contexto das políticas desenvolvimentistas nacionais da década de 2000. Década caracterizada por uma série de políticas públicas em nível nacional que proporcionaram mudanças socioeconômicas com crescimento econômico e distribuição de renda e que foram caracterizadas por alguns autores como desenvolvimentistas. Para a elaboração do texto utilizaram-se os dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB), dos segmentos agropecuária, indústria, administração pública e serviços, no período de 2000 a 2010. Para o estudo da distribuição de renda, utilizaram-se como referência o Índice de Gini e a evolução dos percentuais da população em situação de pobreza e em extrema pobreza. Por fim, analisou-se o comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no período. Através das análises realizadas, verificou-se que as políticas desenvolvimentistas não resultaram em mudanças significativas nas estruturas produtivas e econômicas dos municípios, mas, nessa análise preliminar, constatou-se que

houve crescimento econômico, melhor distribuição de renda e melhorias nas condições de vida da população dos municípios do COREDE Missões.